

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO

COGER – 2026

“Quem exerce poder público responde não apenas pelo que faz, mas também pelo que deixa de fazer.”

Hely Lopes Meirelles

EQUIPE

Corregedor

Gleyson Batista de Siqueira

Coordenação de Instrução e Julgamento – CIJU

André Henrique C. Sampaio

Divisão de Apoio Correcional – DICOR

Sarah Nathale G. Cavalcante

Servidora

Cayza Pinheiro Santos

Servidora

Sandra Silvia Ferreira

Colaboradora

Joyce Soares Lopes Rodrigues

Colaborador

Santiago Pereira da Silva

Estagiária

Eliada Emanuely Cardoso Costa

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
OBJETIVOS	6
Geral	6
Específicos.....	6
PÚBLICO–ALVO	8
RESULTADOS ESPERADOS	9
COMPETÊNCIAS DA ÁREA CORRECIONAL	10
CAPACITAÇÕES E COMUNICAÇÕES PLANEJADAS.....	12
VIGÊNCIA.....	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
LISTA DE SIGLAS.....	17
LEIS APLICADAS NO PLANO ANUAL – 2026	18

APRESENTAÇÃO

A Corregedoria do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) foi reconhecida pela Corregedoria-Geral da União (CRG/CGU) como uma das unidades que se destacaram com boas práticas estruturais, durante a terceira rodada de avaliação do Modelo de Maturidade Correcional (CRG-MM), versão 3.0.

A boa prática estrutural reconhecida está relacionada ao Plano de Comunicação e Capacitação da Corregedoria do FNDE, voltado à promoção de uma cultura organizacional focada na prevenção de irregularidades e no fortalecimento da integridade.

Nessa esteira, esta unidade correcional manteve o padrão do documento e suas diretrizes, com a devida atualização, a fim de dar continuidade a esta ferramenta tão importante na disseminação de conhecimento no FNDE.

Com base nas notícias de irregularidades que chegam à Corregedoria, nossa equipe mapeia os temas prioritários para ações preventivas. Assim, o Plano de Comunicação se tornou uma verdadeira ferramenta de gestão de riscos.

O plano de capacitação da Corregedoria foi concebido de forma a atender plenamente aos requisitos do KPA 2.3 – Desenvolvimento profissional, ao estabelecer ações sistemáticas de formação, atualização técnica e disseminação interna de conhecimentos. Essas iniciativas visam identificar competências essenciais, promover a aprendizagem contínua da equipe correcional e assegurar que o conhecimento técnico e normativo seja compartilhado de maneira estruturada, registrada e institucionalizada, em consonância com os parâmetros de existência e institucionalização previstos no CRG-MM.

De forma complementar, o plano de comunicação da atividade correcional, com enfoque preventivo, alinha-se ao KPA 3.2 – Profissionais qualificados, ao prever estratégias de divulgação de orientações, normas, resultados e boas práticas da Corregedoria para o público interno e externo. Essa comunicação preventiva fortalece a

compreensão do papel da atividade correcional, amplia a percepção institucional sobre integridade e conformidade e contribui para a mitigação de riscos, atendendo aos objetivos do modelo de maturidade correcional e reforçando a governança e a efetividade da atuação correcional.

Por fim, cabe destacar que este plano não apresenta um rol exaustivo de capacitações existentes e necessárias, havendo a possibilidade de que outras ações não contempladas surjam ao longo do exercício. Neste caso, além de ajustes no presente plano, será devidamente solicitada a atualização no PDP da Corregedoria junto à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e Organizações – CGPEO, no momento oportuno.

OBJETIVOS

Geral

Promover educação continuada e formação permanente, alinhadas aos objetivos da Corregedoria e aos objetivos estratégicos do FNDE, contribuindo para o cumprimento de sua missão institucional.

Específicos

- Mitigar e prevenir a ocorrência de ilícitos administrativos;
- Aperfeiçoar a qualidade das entregas institucionais;
- Disponibilizar cursos e temas essenciais às competências da Corregedoria;
- Assegurar a condução adequada dos processos;
- Estimular o trabalho em equipe e o desenvolvimento de competências;
- Tornar público o plano anual de capacitação da unidade.

A **Portaria nº 1.014, de 22 de outubro de 2025**, que dispõe sobre o Regimento Interno do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, inseriu a Corregedoria – COGER em sua estrutura organizacional, estabelecendo como unidades subordinadas a Divisão de Apoio Correcional – DICOR e a Coordenação de Instrução e Julgamento – CIJU, consolidando definitivamente a atividade correcional no âmbito da Autarquia.

A Corregedoria do FNDE tem como objetivos contribuir para a melhoria da gestão pública, prevenir a prática de ilícitos administrativos, planejar, coordenar, executar e avaliar as atividades disciplinares e de correição, bem como fortalecer o sistema de integridade pública.

Vive-se, portanto, um novo momento institucional no FNDE, conduzido sobre a sólida esteira da integridade pública e, por conseguinte, do correto emprego dos recursos públicos destinados à educação brasileira, com vistas à agregação de valor público às políticas que a Autarquia conduz.

Nesse contexto, o presente Plano Anual de Capacitação da Corregedoria

do FNDE, referente ao exercício de 2026, foi elaborado a partir da análise das competências da unidade e constitui instrumento norteador das ações educacionais que serão ofertadas ao longo do ano, em consonância com o Plano de Desenvolvimento de Pessoas – PDP, com a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas – PNDP e com o Plano de Capacitação e Comunicação de Integridade do FNDE.

PÚBLICO-ALVO

- ♦ Servidores efetivos;
- ♦ Colaboradores em exercício no FNDE.

RESULTADOS ESPERADOS

- ♦ Aperfeiçoamento da gestão com foco na integridade;
- ♦ Qualificação técnica, comportamental e gerencial dos participantes;
- ♦ Maior efetividade e regularidade na condução dos processos correcionais.

COMPETÊNCIAS DA ÁREA CORRECCIONAL

As competências da Corregedoria do FNDE estão estabelecidas nos Art. 1º, Art. 2º e Art. 3º, Anexo III – C da **Portaria nº 1.014 de 22 de outubro de 2025**, abrangendo o planejamento, a execução e a avaliação das atividades disciplinares e de correição, bem como o apoio às comissões disciplinares e a fiscalização da aplicação de penalidades.

Art. 1º À Corregedoria compete:

- I – planejar, coordenar, executar e avaliar as atividades disciplinares e de correição no âmbito do FNDE;
- II – requisitar ou instaurar, de ofício ou a partir de representações e de denúncias, sindicâncias, incluídas as patrimoniais, processos administrativos disciplinares e demais procedimentos correccionais relacionados à apuração de responsabilidade por irregularidades praticadas no âmbito do FNDE;
- III – decidir sobre as propostas de arquivamento de denúncias e de representações;
- IV – encaminhar ao Presidente do FNDE, para julgamento, os processos administrativos disciplinares que possam implicar penalidades de sua competência;
- V – propor o encaminhamento ao Ministro de Estado da Educação, para julgamento, dos processos administrativos disciplinares cujas penalidades propostas sejam demissão, suspensão superior a trinta dias, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, exoneração de cargo em comissão e destituição de função comissionada; e
- VI – exercer as demais competências previstas no art. 5º do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005.

Art. 2º À Divisão de Apoio Correcional compete:

- I – prestar subsídios necessários a decisões de competência do titular da Corregedoria;
- II – prestar suporte às ações de capacitação, no âmbito da Corregedoria;
- III – elaborar e gerir demandas administrativas de gestão de pessoas, no âmbito da Corregedoria;
- IV – prestar suporte na elaboração do Relatório de Gestão e Relatório Correcional, no âmbito da Corregedoria;
- V – analisar as demandas judiciais encaminhadas à Corregedoria e prestar subsídios às respostas do titular da Corregedoria; e
- VI – prestar subsídios à propositura, celebração e acompanhamento de Termos de Ajustamentos de Condutas – TAC, no âmbito da Corregedoria.

Art. 3º À Coordenação de Instrução e Julgamento compete:

- I – coordenar a análise de juízo de admissibilidade, investigação preliminar sumária e demais processos correccionais investigativos e acusatórios que sejam instaurados na Corregedoria;
- II – planejar atividades correccionais para o aprimoramento da maturidade correcional, no âmbito de sua atuação;
- III – controlar os procedimentos correccionais por meio de sistema de gestão do Órgão Central do Sistema de Correição do Poder Executivo;
- IV – prestar suporte e apoio técnico-administrativo às comissões

disciplinares;

V – atualizar os cadastros de sistemas da atividade correcional, conforme regulamentação editada pelo Órgão Central, no âmbito de sua atuação;

VI – prestar subsídios necessários ao titular da Corregedoria sobre demandas de órgãos externos, no âmbito de sua atuação;

VII – avaliar formal e materialmente os procedimentos acusatórios disciplinares, conforme regulamentação editada pelo Órgão Central, no âmbito de sua atuação;

VIII – coordenar as atividades de fiscalização da aplicação das penalidades disciplinares; e

IX – executar outras atividades de gestão e de caráter correcional determinadas pelo titular da Corregedoria.

CAPACITAÇÕES E COMUNICAÇÕES PLANEJADAS

JANEIRO – INFORMATIVO

Tema: Gestor atento evita problemas futuros.

Justificativa Institucional: Conscientizar os gestores sobre a importância da supervisão contínua, da fiscalização adequada e da escolha responsável de colaboradores, visando prevenir irregularidades e reduzir riscos de responsabilização administrativa.

Curso / Ação: Ação informativa institucional.

Observação: Conscientização sobre culpa in vigilando e in eligendo e supervisão ativa.

FEVEREIRO – CURSO

Tema: Deveres do Servidor e Lei 8.112.

Justificativa Institucional: Preparação para o ano funcional, reforçando direitos, deveres, proibições e responsabilidades do servidor público.

Curso / Ação: Lei nº 8.112/90 e suas alterações
\n<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/405>.

Observação: Abrange deveres (art. 116), proibições (art. 117), responsabilidades e regime disciplinar.

MARÇO – CURSO

Tema: Mulher no Serviço Público: Respeito, Equidade e Proteção.

Justificativa Institucional: Mês da Mulher – fortalecimento de ações de combate ao assédio, à discriminação e promoção da valorização feminina no ambiente institucional.

Curso / Ação: Prevenção e Enfrentamento do Assédio Sexual e Moral
\n<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/1115>.

Observação: Mês da Mulher – prevenção ao assédio e valorização profissional.

ABRIL – INFORMATIVO

Tema: O Risco do "Falso Amigo": Responsabilidade Legal em Depoimentos e Relatórios.

Justificativa Institucional: Alertar os servidores sobre a gravidade de prestar informações falsas ou omitir fatos em processos e sindicâncias. O objetivo é prevenir a prática da "solidariedade mal compreendida", esclarecendo que declarações falsas configuram infração disciplinar grave e crimes de falsidade ideológica ou falso testemunho, comprometendo a carreira de quem tenta encobrir irregularidades alheias.

Ação: Campanha de Alerta Institucional – "A Verdade é seu único Escudo: No Processo Administrativo, a lealdade é com a Lei, não com o colega."

Observação: Foco no alerta sobre o Art. 116 da Lei 8.112/90 (Lealdade e Moralidade) e os reflexos do Código Penal. Destaca que o silêncio injustificado ou a mentira em sede

correcional anula a isenção do servidor e o torna alvo de investigação.

MAIO – CURSO

Tema: Transparência, Acesso à Informação e Prestação de Contas.

Justificativa Institucional: Fortalecer a cultura da transparência e o cumprimento das obrigações legais de publicidade e controle social.

Curso / Ação: Acesso à Informação \n<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/76>.

Observação: Aplicação da LAI, classificação da informação, restrições e dados abertos.

JUNHO – CURSO

Tema: Ambiente de Trabalho Saudável e Prevenção de Conflitos.

Justificativa Institucional: Promover relações profissionais baseadas na urbanidade, no respeito mútuo e na prevenção de conflitos e práticas abusivas.

Curso / Ação: O que saber e fazer \n<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/836>.

Observação: Prevenção e enfrentamento do assédio moral.

JULHO – INFORMATIVO

Tema: Papel da Corregedoria e Responsabilização Administrativa.

Justificativa Institucional: Reforçar o papel institucional da Corregedoria e ampliar o conhecimento sobre procedimentos correccionais e responsabilização.

Curso / Ação: Ação informativa institucional.

Observação: Divulgação institucional sobre atribuições da COGER e fluxos correccionais.

AGOSTO – CURSO

Tema: Gestão de Riscos e Prevenção de Irregularidades.

Justificativa Institucional: Integração com o Programa de Integridade, fortalecendo ações preventivas e controle de riscos administrativos.

Curso / Ação: Introdução à Gestão de Riscos
<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/923>.

Observação: Integração com Programa de Integridade e prevenção.

SETEMBRO – CURSO

Tema: Produção de Provas e Segurança da Informação.

Justificativa Institucional: Orientar servidores quanto à correta produção de provas e à proteção de informações sensíveis nos processos administrativos.

Curso / Ação: Segurança da Informação no Contexto da Transformação Digital
\n<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/378>.

Observação: Proteção de dados, provas digitais e gestão da informação.

OUTUBRO – INFORMATIVO

Tema: Servidor Público em Ano Eleitoral – Deveres, Vedações e Responsabilidades.

Justificativa Institucional: Em razão do período eleitoral e do Dia do Servidor Público, o tema visa orientar os servidores quanto às condutas vedadas, aos deveres funcionais e às responsabilidades administrativas relacionadas à atuação no serviço público durante o processo eleitoral, prevenindo irregularidades e assegurando a

legalidade e a impessoalidade administrativa.

Curso / Ação: Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em
Ano Eleitoral <https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/condutas-vedadas-aos-agentes-publicos-federais-em-eleicoes-1/cursos1>.

Observação: Mês do Servidor (28/10) e período eleitoral.

NOVEMBRO – INFORMATIVO

Tema: Respeito à Diversidade e Combate à Discriminação no Serviço Público.

Justificativa Institucional: Alinhado ao Dia Nacional da Consciência Negra (20/11), o tema tem por objetivo promover a valorização da diversidade, o respeito às diferenças e a prevenção de práticas discriminatórias e preconceituosas no ambiente institucional, contribuindo para um ambiente de trabalho inclusivo, ético e respeitoso.

Curso / Ação: Ação informativa institucional.

Observação: Alinhado ao Dia da Consciência Negra (20/11).

DEZEMBRO – INFORMATIVO

Tema: Prevenção de Irregularidades e Responsabilização Administrativa.

Justificativa Institucional: Em consonância com o encerramento do exercício anual e com a agenda institucional de integridade, o tema visa reforçar os mecanismos de prevenção de irregularidades e os instrumentos de responsabilização administrativa, consolidando a atuação correccional como ferramenta essencial para a proteção da Administração Pública, a preservação do interesse público e o fortalecimento da governança institucional.

Curso / Ação: Ação informativa institucional.

Observação: Encerramento do exercício e consolidação da atuação correccional.

VIGÊNCIA

A programação das ações de capacitação terá vigência no período de 01/01/2026 a 31/12/2026, podendo ser ajustada conforme necessidade institucional e atualização do Plano de Desenvolvimento de Pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A qualificação permanente do corpo técnico é condição essencial para a melhoria contínua dos processos de trabalho e para o fortalecimento da atuação correcional. As ações previstas neste plano complementam o ensino formal e contribuem para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho das atividades correcionais.

LISTA DE SIGLAS

CGU – Controladoria-Geral da União

CIJU – Coordenação de Instrução e Julgamento

COGER – Corregedoria

DICOR – Divisão de Apoio Correcional

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

CGPEO – Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e Organizações

PAD – Processo Administrativo Disciplinar

PAR – Processo Administrativo de Responsabilização

PDP – Plano de Desenvolvimento de Pessoas

PNDP – Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas

LEIS APLICADAS NO PLANO ANUAL - 2026

- Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005

Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

- Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

- Decreto nº 12.458, de 21 de maio de 2025

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

- Portaria nº 1.014, de 22 de outubro de 2025

Dispõe sobre o Regimento Interno do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

- Portaria nº 25, de 08 de janeiro de 2025

Dispõe sobre a atividade correcional no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e dá outras providências.

BRASÍLIA

2026

CORREGEDORIA



fnde

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

